

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência, em nome do Parlamento Catarinense, acolhe e recebe neste espaço a presença de vereadores e vereadoras de vários municípios do estado de Santa Catarina para participarem de um curso de aprofundamento e qualificação na área da administração pública.

Então, desejamos a todos e a todas boas-vindas e boa estada nesta Casa, na tarde de hoje, acompanhando a sessão deste Parlamento.

Fiquem à vontade!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar os catarinenses que assistem a sessão nesta tarde.

Participei, nesta manhã, de uma reunião na comissão de Saúde e, embora não seja membro da mesma, como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas, fui convidado pelo deputado Volnei Morastoni para o debate desta manhã.

Foi realizado um diálogo intenso, relevante, que durou mais de duas horas com a Associação Catarinense de Psiquiatria, com o Conselho Estadual de Psicologia, com técnicos do IPQ e Caps de vários municípios e representantes da secretaria de estado da Saúde. Fizemos uma avaliação da rede social em Santa Catarina, tentando fazer uma radiografia dos leitos hoje reservados à saúde mental e, naturalmente, como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas, entrou a temática, de forma transversa, da drogadição.

Naturalmente, Santa Catarina ocupa uma posição privilegiada em relação a outros estados, estamos em quinto lugar no atendimento à saúde mental no país, mas numa avaliação interna do estado de Santa Catarina há muito que se fazer, em especial no interior do estado, onde há apenas 85 Caps para 295 municípios. Existe apenas um Caps infantil em Santa Catarina. Há um enorme desafio na questão da saúde mental. E a proposta encaminhada foi criarmos, junto a secretaria da Saúde, uma subcomissão para fazer os encaminhamentos sobre as demandas da saúde mental neste estado.

Eu aproveito ainda, sr. presidente, para fazer menção, nesta tarde - não poderia deixar passar em branco esta data, já que é minha área de formação - ao Dia Internacional do Livro e do Direito do Autor. Esse dia teve origem da Catalunha, na Espanha, em memória ao escritor Miguel de Cervantes, que faleceu no dia 23 de abril de 1600 e que deixou um legado histórico e literário que de fato marcou a história antes e depois do

Cervantes com várias obras, em especial Dom Quixote.

Foi na época também, no mês de abril, dez dias depois, segundo os historiadores, que morria o William Shakespeare, famoso dramaturgo inglês. E aí a Unesco instituiu o 23 de abril como o Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, para assinalar o falecimento desses dois grandes expoentes, essas duas grandes estrelas da literatura mundial, Shakespeare e Cervantes.

Eu estava dando uma olhadinha na realidade brasileira sobre a questão leitura, da produção de livros, mas principalmente da leitura, e alguns dados fornecidos pelo Instituto Pró-Livro são bastante interessantes.

(Passa a ler.)

"O brasileiro, hoje, lê uma média de 2,1 livro por ano. Setenta e cinco por cento da população do país, nunca frequentou uma biblioteca, segundo a Fundação Pró-Livro e pelo Ibope Inteligente.

O número de entrevistados que afirmaram aos pesquisadores cultivar o hábito de ler durante o tempo livre caiu oito pontos percentuais nos últimos quatro anos, de 36% para 24% da população."

Entre as crianças e adolescentes esse dado é ainda mais preocupante. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos a média caiu de 6,6 para 5,9 livros, na pesquisa.

É claro que a obrigação de ler um livro pela exigência da escola tem sido uma motivação para que crianças e jovens entrem no mundo da leitura, mas isso não é o suficiente. O próprio Instituto Pró-Livro fez uma pesquisa entre estudantes de escolas públicas do país e nos chamou atenção que de cada 100 alunos, apenas 48 se consideraram leitores. Leitor é aquele que, segundo os dados científicos, leu, pelo menos, um livro nos últimos seis meses. E 16% dos estudantes disseram nunca ter lido um livro. Lamentável essa informação.

Também a pesquisa apontou quem mais influencia um aluno na busca de se tornar um leitor. O professor ou a professora despontam na pesquisa

como o maior influenciador, 45% dos alunos foram influenciados a ler um livro graças à motivação vinda de um pedagogo; a mãe ou responsável do sexo feminino, 43%; o pai, de uma forma interessante, cai para 17%; outros parentes, 14%; sugestão de um amigo ou de uma amiga, 12%; sugestão de um padre, pastor ou algum líder religioso, 6%.”

São dados que nos levam a refletir sobre os desafios da leitura no país.

De fato, entendemos que as mais de 150 mil escolas públicas que foram avaliadas recentemente no Brasil, principalmente pelo movimento *Todos pela Educação*, apresentam dados preocupantes, segundo a pesquisa, 62% das escolas municipais têm apenas os serviços essenciais como água, energia e saneamento e, apenas 34% dessas 657 mil escolas têm infraestrutura avançada, o que inclui a área de lazer, biblioteca e a conexão à *internet* com laboratório. Como dizia o sempre presente escritor Monteiro Lobato, neste Dia Internacional do Livro, faz muito bem a sua mensagem: “Um país se faz com homens e livros”.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente. srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Quero aqui, inicialmente, cumprimentar os funcionários, assessores da secretaria estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação que estão aqui, nesta Casa, no Plenarinho, fazendo um seminário sobre o combate ao trabalho infantil. Trabalho esse que todos queremos, não apenas combatê-lo, mas, sim, dar às crianças e adolescentes as alternativas educacionais melhores do que o trabalho infantil. E em muitas regiões, em algumas famílias, em algumas situações, quero

aqui, de público, admitir, que em muitos casos é melhor o adolescente estar com a família prestando algum serviço de utilidade da mesma do que estar sem fazer nada, perdido, sem orientação e, de repente, seguindo alguma orientação de algum traficante.

Alguém comentou nessa reunião que houve épocas em que o município alterava o calendário escolar para permitir que a criança ou adolescente pudesse dedicar mais tempo à colheita da cebola, da maçã, do fumo, pois grande parte dessas atividades é feita por uma agricultura familiar e é natural que a família utilize toda força de seus membros. Outrossim, devemos admitir que um adolescente de 16 ou 17 anos, seguramente, tem mais potencial de trabalho do que talvez o pai de família.

No entanto, não defendemos o trabalho infantil, pelo contrário, precisamos dar a esses jovens uma alternativa melhor do que ficar trabalhando em casa sob a orientação do pai ou da mãe. O grande desafio é utilizar melhor os recursos do Fundo da Infância e Adolescência, fazendo projetos na área da cultura, lazer e esporte. Agora, tem que acontecer e enquanto isso não se faz, estamos, pelo menos, discutindo. Por isso, cumprimento o dr. Jorge Teixeira, secretário de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, que, com muito entusiasmo, está fazendo um grande trabalho juntamente com o dr. Rafael Palmares, secretário adjunto, buscando as alternativas melhores para essa fase tão importante da vida, que é a infância.

Quero cumprimentar também em nome de todos os que acompanham os trabalhos desta Casa, o sr. Vitório da Silva, que é o presidente da Associação Catarinense de Apoio aos Municípios que tem feito um belo trabalho, com publicações e tem distribuído compêndios do potencial de cada município.

Meus cumprimentos ao sr. Vitório da Silva.

Quero também de forma muito especial cumprimentar o professor Eduardo Deschamps e o governador Raimundo Colombo, que é o maior responsável por isso, que estará, a partir de

amanhã, fazendo o primeiro pagamento no cartão corporativo das escolas.

Gostaria de explicar a todos os catarinenses que aproximadamente 1.210, 1.211 escolas estaduais precisam prestar contas a uma central de todo material consumido, desde material de limpeza, material de conservação, elétrico, reposição de lâmpadas que queimam, enfim, todo o material utilizado por estas escolas tem que partir de uma central para depois serem distribuídos. Isso gera uma burocracia muito grande de compra de material. Muitas vezes vê-se um banheiro de uma escola pública com a fechadura quebrada, impossibilitando o seu uso, e o diretor não pode trocar a fechadura porque a fechadura tem que vir lá de longe, tem que ser licitada, etc. Muitas vezes é a questão da porta ou de uma pequena melhoria que dá para fazer em qualquer área do colégio, que hoje, praticamente, vêm sendo feita com a colaboração da secretaria estadual da Educação, com a equipe de distribuição de material, mas também com um apoio muito grande da Associação dos Pais e Professores, as APPs. E tudo isso acontece com uma contribuição mensal dos pais R\$10, R\$15, R\$20 para a APP.

Visitei no município de Garopaba um colégio dirigido pelo professor Miltinho, que consegue fazer inúmeras melhorias que precisam ser feitas.

Então a partir de agora não vamos dispensar nunca a colaboração da APP. Não podemos dispensar, mas a partir de agora o diretor da escola passa a ter um cartão corporativo em que ele pode utilizar os recursos para pagar produtos para limpeza, para conservação, para troca de material elétrico. E isso tudo então vai dar uma agilidade maior a esses diretores.

Colégios pequenos, e acho que não existe colégio pequeno, com 100 alunos, mas o menor colégio com 100 alunos teria um montante de R\$2000 por ano, que seriam divididos em duas vezes, e a primeira parcela sai amanhã e a outra sai, em agosto.

Mas imaginamos que essas parcelas deveriam ser pagas em quatro, cinco, seis vezes ou até

mensalmente, permitindo, então, ser utilizada durante todo o ano.

Mas se for enviada às escolas em uma vez apenas, em duas, três ou quatro vezes também fica bom, desde que o estoque, aquilo que não foi usado no início do ano, possa ser usado na metade ou no final do ano.

Então, é uma maneira que o governo vai ter para dar recursos para a área da educação, terá autorização para fazer, mas vai ser controlado. E através desse cartão o diretor da escola vai ter a liberação de determinados produtos que poderá comprar, sendo que o dinheiro, a verba depositada no cartão apenas poderá ser utilizada para itens que estão autorizados.

Com isso dá para ter controle e prestar um serviço com melhor qualidade para a área da Educação. Escolas maiores que possuem acima de 500 alunos, por exemplo, poderão ter o valor no cartão de R\$ 8 mil ou mais, o recurso do cartão vai ser de acordo com o número de alunos que a escola possui.

É lógico que cada escola será um caso específico, de acordo com o número de alunos que frequentam a escola. Uma escola pequena com 100 alunos terá uma verba de R\$ 2 mil, mas levando-se em conta que a maior parte das escolas estaduais têm acima de 500 alunos, portanto, o valor, a verba do cartão, vai variar entre R\$ 2 mil a R\$ 8 mil ou mais, que será dividido em duas vezes.

Parabéns ao secretário de Educação, ao governo do estado, por encontrar uma forma prática para atender essa necessidade de muitos diretores de escola, que também nos pediam apoio, para resolver pequenos problemas, mas que se tornam grandes dentro de uma escola.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações o próximo orador inscrito é o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos

que nos visitam, todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital. Eu quero falar hoje, deputado Kennedy Nunes, sobre uma reunião realizada pela nossa comissão de Saúde, contando com a presença do nosso querido deputado Ismael dos Santos, presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas, desta Casa, proposta pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, que tinha a intenção de saber a quantas andava a implementação da Rede de Atenção Psicossocial em nosso estado.

Por isso, convidamos a secretaria Estadual de Saúde que, através da coordenação do dr. Alan de Serrano, também a Associação Catarinense de Psiquiatria, o Ministério Público Estadual, vários médicos, profissionais do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, do antigo Hospital Colônia Santana.

Realizamos essa reunião para saber como anda em Santa Catarina a implantação da Rede de Atenção Psicossocial, para dar conta dos problemas da saúde mental, e dentro da saúde mental também os problemas específicos, como a dependência química que, na verdade, está dentro do capítulo da saúde mental.

Nós temos a Lei Nacional da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que depois de muitos e muitos anos - porque ficou engavetada no Congresso Nacional - felizmente, em 2002, foi aprovada. Só que uma vez aprovada não significa que esteja sendo implantada.

Infelizmente a nossa realidade em cada um de nossos estados e também aqui ainda está muito aquém, muito abaixo, daquilo que preconiza a nossa lei da reforma psiquiátrica, que era justamente substituir o modelo de manicômio, em que os pacientes ficavam internados muitas vezes por décadas. Numa ocasião fui visitar o antigo Hospital Colônia Santana e encontrei uma senhora que lá estava internada desde 1952, havia, portanto, 50 anos que ele internada no antigo hospital Colônia Santana quando fui visitá-la, mostrando que o nosso sistema era um sistema arcaico, superado, com pacientes crônicos e que

não tratava, não resolvia a situação, e esses pacientes iam ficando excluídos da família, da sociedade, do trabalho e assim por diante.

Então, veio a reforma psiquiátrica e a partir daí era para ter sido criado um novo modelo, um modelo que substituísse o antigo manicômio, por uma rede de atenção psicossocial de serviços na área da Saúde e na Assistência Social, a partir das unidades de atenção básica, a partir dos CAPS - Centros de Atenção Psicossocial -, CAPS 1, CAPS 2 e CAPS 3, que teria fazer plantão 24 horas, atendendo as emergências, CAPS AB, para atender os dependentes de álcool e drogas, CAPS I, na área infanto-juvenil, mas, infelizmente, hoje, no relato que nos foi apresentado, estamos ainda muito longe daquilo que precisamos ter para poder cumprir a própria lei.

Em relação aos CAPS em Santa Catarina, por exemplo, um estado como o nosso, que tem 300 municípios, tem apenas 88 CAPS. Na verdade, dá 0,2 CAP por município, é um pedacinho de CAP, se fosse dividir por município.

Então, grande parte dos municípios está descoberta, municípios com menos de 20.000 habitantes. Nós precisamos rever essa realidade.

Dez por cento das internações psiquiátricas em Santa Catarina acontecem em Rio Maina, em Criciúma, outras 26% acontecem no IPQ, no antigo hospital Colônia Santana, o instituto de psiquiatria da Grande Florianópolis, e praticamente 70% acontecem pelo estado fora, em hospitais leitos, em hospitais gerais.

Nós estamos numa situação ainda muito precária, mas mesmo com essa precariedade Santa Catarina está em quinto lugar no Brasil em número de CAPS. Quer dizer, dá para tirar uma ideia de como estão os demais estados.

Temos aqui 1.3 CAPS para cada 100.000 habitantes. Isso é simplesmente uma realidade muito cruel, muito triste porque aqueles que têm na sua família alguém que precisa de tratamento, de cuidados na área da saúde mental é que pode aquilatar, é que pode medir, é que pode dizer o que estou falando, porque senão realmente é muito

difícil para quem não está diretamente envolvido numa situação como esta.

Portanto, a nossa reunião foi importante. Por quê? Porque o ministério da Saúde está certo. A ideia das redes é interessante, como a Rede de Atenção de Urgência e Emergência, Rede Cegonha Materno Infantil, rede para pessoas com doenças crônicas, rede para pessoas com deficiências, Rede de Atenção Psicossocial, rede para a saúde mental e rede para os dependentes químicos. Só que temos que fazer acontecer.

Agora o governo do estado implementou um plano operativo. Eu trouxe aqui somente um resumo, porque o plano operativo tem quase 400 páginas. Então, não faltam propostas. Um plano operativo para a área da saúde mental, com mais de 400 páginas, é porque há muitas propostas e projetos ali, digamos, sugeridos. Agora, temos que tirar do papel e colocar na prática, no cotidiano, no dia a dia da vida das pessoas, para que isso aconteça.

Assim sendo, vamos precisar que funcione, além da atenção básica, além dos CAPs, que são os Centros de Atenção Psicossocial, do tipo 1, do tipo 2 ou os CAPs AD, os CAPs infanto-juvenis, os CAPs de porte 3, com plantões 24 horas, inclusive para atender emergência na área psiquiátrica, ou pronto-socorro psiquiátrico, ou leitos em hospitais gerais.

Nós temos que realmente fazer com que essa estrutura seja implementada numa forma organizada, em rede, e que tenhamos os recursos necessários para essa finalidade.

Já é um passo importante também, e aí, mais uma vez, faço referência, deputado Ismael dos Santos, aos dependentes químicos, que por uma intervenção mais direta desta Casa também conquistou-se um determinado orçamento de R\$ 11 milhões ou R\$ 13 milhões. Isso vai propiciar um trabalho com as comunidades terapêuticas, mas tem que haver um suporte de retaguarda, de treinamento, de equipes técnicas para poder atuar nessa abordagem importante da dependência química que está dentro do contexto da saúde mental.

Portanto, a nossa reunião, hoje, da comissão de Saúde propiciou a criação de uma subcomissão na comissão de Saúde com a participação do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, da Associação Catarinense de Psiquiatria, de representantes do IPQ, Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina, o antigo Hospital Colônia Santana, e de representantes também de diversas outras instituições, entre elas a própria secretaria estadual de Saúde, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal, para que essa nossa subcomissão possa acompanhar *pari passu* a implementação da Rede de Atenção Psicossocial em Santa Catarina. E, ao mesmo tempo que acompanha e fiscaliza, também dá ideias, sugestões, que ajudam na sua implementação.

Digo isso porque, infelizmente, dentro do setor saúde, se tem um setor que ficou esquecido, abandonado, em último plano, nas gavetas, que não teve luzes, que não teve prioridade, foi justamente esse setor da saúde mental, um setor importantíssimo que têm o sofrimento psíquico, os transtornos mentais e também a dependência química, e nós temos que garantir todas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público eu nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, faço um cumprimento especial aos senhores e as senhores que representam o Legislativo Catarinense em diversos municípios do estado de Santa Catarina e que se fazem presentes neste Parlamento. Sejam muito bem-vindos!

Sr. presidente e meu líder, deputado Neodi Saretta, ontem, todos os jornais do nosso estado propagandeavam a visita de um candidato à Presidência da República em nosso estado. E esse

candidato declarou, em passagem por Santa Catarina, que quer acabar com a política velha.

(Passa a ler.)

"Eu gostaria de ressaltar aos senhores e às senhoras que esse candidato Eduardo Campos bravateia sem condições morais de registrar e exibir seus argumentos. Primeiro, quem representa a velha política é ele, que é um símbolo do coronelismo nordestino e alia-se às oligarquias em diversas partes do país para dizer que vai fazer uma política nova. Ele, que vem de uma política antiga, de uma política velha.

Segundo, ninguém foi mais voraz do que Eduardo Campos e seu partido por cargos e ministérios nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff, com, inclusive, a indicação de sua mãe para ter uma cadeira no Tribunal de Contas da união na base da barganha."

Foi o PSD que mais exigiu ministérios no governo da presidente Dilma e também do presidente Lula e que agora sai do governo dizendo que vai representar uma política nova.

(Continua lendo)

"Campos é a velha política! As afirmações feitas aqui em Santa Catarina agridem a inteligência do pujante povo catarinense. Em Pernambuco ele pode bravatear assim: pois ele entregou seu estado depois de mais de sete anos de governo como o terceiro estado brasileiro mais atrasado em Educação."

É isso que ele quer fazer com o nosso Brasil? Então não é novidade nenhuma. Ele que durante todo este tempo de governo de Lula e Dilma sempre esteve presente, exigindo cada vez mais ministérios, mais cargos para o seu partido e agora vem com esse discurso.

Mas o povo catarinense já conhece este tipo de pessoas e não vai se deixar enganar por colocações dessa natureza. É apenas para registrar, porque fiquei muito indignada perante essas afirmações que ouvi, escutei e li na imprensa.

Mas o que me traz aqui, agora fazendo outro aparte, srs. deputados e sras. deputadas, é que não podemos perder nunca a capacidade de

indignação. Estávamos conversando ontem aqui, informalmente, com alguns colegas desta Casa, e falávamos que estamos vivendo um momento de muita banalização, de não dar importância para mais nada, e isso me incomoda um pouco como mulher e como mãe, como profissional da área da saúde, quando vemos o descaso com as mulheres, a violência, os estupros que têm acontecido e parece que isso acontece muito longe.

A questão da drogadição, que está avançando a cada dia, a violência, a falta de respeito com o ser humano, isso tem me incomodado bastante. Nos últimos dias até estava comentando com o meu marido que seria melhor não ver mais os jornais porque isso contamina e começamos a ficar entristecidos.

Mas nós não podemos deixar de nos indignar e principalmente tentar mudar esta realidade. Trago aqui, não é a primeira vez, nas últimas semanas trouxe também o caso de uma moça que foi violentada e o seu agressor, depois de ser réu confesso, ainda continua solto na minha cidade de Blumenau. Agora, acredito que já fugiu porque o juiz não quis prender.

Mas me indignou também a notícia, na última semana, de dois casos de violência e maus tratos contra crianças, que chocaram o nosso país e o nosso estado.

(Continua lendo)

"Trata-se do caso da morte do menino Bernardo Uglione Boldrini, cujo corpo foi encontrado numa cova rasa no município de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul.

E outro caso, mais recente, no nosso estado, em Idaial, onde um bebê de um ano e três meses foi vítima de maus tratos."

Infelizmente, senhoras e senhores, esses dois tristes episódios não serão os primeiros casos que acontecem no Brasil e tampouco os últimos. Enquanto não avançarmos, e por isso há a possibilidade de mudarmos essa realidade.

(Continua lendo)

"O caminho é melhorar a rede de serviços de proteção integral à criança e adolescente, em que

os Conselhos Tutelares, Ministério Público, ministério da Justiça, família e comunidade atuem de forma articulada para poder diagnosticar e intervir nos casos de violência.”

Nós precisamos de medidas mais contundentes e eficazes por parte do estado brasileiro. Quando falo do estado brasileiro falo do município, do governo do estado e também do governo federal, no que se refere ao sistema de proteção social em relação às crianças e adolescentes.

Falam tanto em reduzir a idade penal, mas não querem falar da proteção da criança e do adolescente.

É mais fácil pegar um adolescente e prender, mas não querem também cuidar dessa criança de um ano e meio que sofreu os maus-tratos ou daquele menino de 11 anos que foi morto no Rio Grande do Sul depois de fazer várias denúncias para as pessoas que estavam mais próximas, para a Justiça, e nada se fez. Mas em relação à redução da idade penal tem gente que enche o peito e diz que isso é importante fazer.

A proteção à nossa criança ou ao adolescente está assegurada há 20 anos pelo Estatuto da Criança e Adolescente, mas é preciso fazer a lei, senhoras e senhores, avançar na qualificação e na preparação da rede de proteção à nossa criança e ao nosso adolescente, principalmente no atendimento dos conselhos tutelares, dotá-los de profissionais capacitados em todos os municípios catarinenses e também condições de trabalho a essas pessoas.

Será que o caso do menino Bernardo não poderia ser evitado? Depois de morto, acho que sim, porque há várias ações.

Com apenas 11 anos de idade, esse menino fez inúmeros pedidos de socorro, procurou a Justiça na sua cidade, como se não bastasse fez duas queixas quanto ao descaso, desamor que sofria na família e até tentativa de homicídio de pessoas próximas.

No artigo intitulado *Bernardo*, escrito pelo jornalista e escritor Marcelo Canellas, aborda a violência contra a infância e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O Brasil sofre de inanição estatística, mas há uma pesquisa, a única realmente aprofundada sobre a violência contra a criança no Brasil, realizada no estado de Pernambuco. Estado de quem? Daquele senhor que teve ontem aqui dizendo que é política nova."

Luiz Rocha, juiz da Vara da Infância e Juventude de Recife, debruçou-se sobre os 427 processos de crimes contra a criança transitados e julgados, nos últimos 26 anos, todos com sentença definida. Ao final de oito meses de trabalho, Rocha chegou à estarrecedora conclusão de que 91% dos casos o agressor era ou o pai, ou a mãe, ou o padrasto, ou algum parente com quem a criança confiava na família, depois, os vizinhos.

Segundo a posição do consultor do Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef -, o advogado João Batista da Costa Saraiva, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O sistema não está suficientemente aparelhado. Para um caso desses, não são suficientes os ouvidos do juiz e do promotor. Precisa, também, de um assistente social, um psicólogo. O conselho tutelar tem de melhorar, assim como o centro de atendimento não houve capacidade de diagnosticar a extensão do problema."

O que falo aqui, senhores, é que tem que haver uma rede de proteção à nossa infância, à nossa criança. Esta Casa, o governo do estado de Santa Catarina, as prefeituras, as câmaras de vereadores, o Tribunal de Justiça, o Judiciário e o Ministério Público têm que proteger a nossa criança e o nosso adolescente. A criança agredida hoje, o adolescente agredido hoje é o futuro agressor na fase adulta.

Por isso, senhoras e senhores, aqui está um grito também de indignação perante esses casos que todos os dias acontecem, mas temos que mudar esta realidade na nossa cidade e no nosso estado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital. Nesta sessão estaremos votando uma moção em homenagem ao Dia do Escoteiro.

Hoje, no mundo, comemora-se o Dia do Escoteiro, e São Jorge é o padroeiro do escotismo. Baden-Powell quando iniciou o escotismo, em 1907, escolheu São Jorge como padroeiro e santo protetor, porque foi um santo guerreiro, lutador, corajoso, que na sua época enfrentou grandes dificuldades e soube superá-las.

Faço essa homenagem ao movimento dos escoteiros de Santa Catarina e brasileiro. Parabenizo todos os escoteiros participantes, pais e familiares, que dão o seu incentivo ao escotismo em Santa Catarina. A ideia do escotismo é incutir já na criança, no jovem, a vontade pela conduta correta, certa na vida e formar verdadeiros cidadãos. Por esse motivo o escotismo merece a nossa homenagem.

Inclusive, fomos autores de uma lei nesta Casa, permitindo que empresas possam destinar parte do que vão contribuir em ICMS para as associações de escoteiros devidamente registradas no estado de Santa Catarina. Já recebemos algumas moções de Câmara de vereadores do estado, como de Itá e de Cocal do Sul, manifestando apoio ao projeto. Entendo que essa iniciativa de provocar as Câmaras de vereadores deve ter sido do movimento de escoteiros, porque querem aprovar esse projeto a fim de que alguns recursos sejam aportados para essa importante atividade.

Todo empresário tem que recolher o seu imposto e pode destinar parte desse imposto para uma entidade que queira apoiar. Então, nada mais justo do que ver uma parte dessa arrecadação do estado

sendo destinada ao movimento dos escoteiros deste estado.

Então, o projeto está em tramitação, está na comissão de Constituição e Justiça, tem como o relator o deputado José Nei Ascari. Sabemos que numa busca junto à secretaria da Fazenda iremos conseguir aprovar esse projeto e beneficiar os escoteiros do estado de Santa Catarina.

Ontem tivemos o debate sobre a criação da CPI do Ministério Público, mas com o término do horário para os debates, volto ao assunto no dia de hoje. Então, vou colocar a minha posição a respeito do assunto. A CPI também é sobre os cargos comissionados solicitados pelo Ministério Público e hoje, inclusive, uma rádio me ligou procurando informações sobre a criação dos cargos. Não existe criação de cargos, o que existe é uma transformação. São cargos que hoje já existem no sistema, no formato de contratação e que estão sendo transformados em cargos comissionados que serão preenchidos de acordo com a capacidade, com a experiência do candidato àquele cargo por uma necessidade e que vai continuar sendo assim, porque, entendo, é necessário. Por quê? Porque é preciso existir uma perfeita afinidade entre o promotor de Justiça e o seu assessor direto. Como é que ele vai trabalhar sem que tenha uma perfeita sintonia entre esses agentes?

Então, sou favorável a esse projeto e entendo que em várias situações você precisa ter uma pessoa de sua extrema confiança. E o Ministério Público pela peculiaridade da atividade, pelo sigilo necessário, pelo cuidado, pela responsabilidade nas ações precisa ter o agente próximo ou braço direito do promotor de confiança em sintonia.

Sobre a questão da compra do imóvel esta Casa poderia agir de forma diferente. Claro que houve 18 assinaturas pela iniciativa da CPI, mas muitas vezes joga-se uma notícia e ela quase que passa a ser verdade, e aquele que é responsabilizado, que é acusado, passa a ser condenado já publicamente. Isso ocorre com pessoas

e instituições. O Ministério Público é uma instituição importante.

Nos meus 30 anos como delegado de Polícia tive contato direto com o Poder Judiciário e com o Ministério Público quando queria fazer um pedido de prisão, quando entregava um relatório de inquérito, quando queria um mandado de busca, etc.

Claro que nas instituições existem pessoas de várias personalidades, diferentes na forma de agir, mas todas, mesmo pensando diferente, agem no estrito cumprimento da lei, na sua forma de entender e interpretá-la. Então, divergências pessoais não podem atingir instituições.

O Ministério Público é forte, tem credibilidade neste país, é um ponto de apoio das pessoas necessitadas, dos segmentos mais fragilizados, tanto que o referido órgão tem a obrigação institucional de defender e zelar pelos interesses difusos daqueles mais necessitados.

Com referência à compra do imóvel, ela obedeceu a todos os critérios que a lei estabelece para sua aquisição. Ou seja, o normal é uma licitação, mas existem alguns casos peculiares, que dispensam licitação. E, de acordo com o próprio relatório do Ministério Público analisado, tem fundamentado o porquê da dispensa de licitação. O Ministério Público tem um imóvel hoje, desde 1995 que está defasado, não comporta mais a estrutura das promotorias e procuradorias e se o mesmo ficar espalhando seus imóveis, suas procuradorias pelo estado de Santa Catarina ou pela própria capital do estado dificultará para o cidadão.

Então, o que surgiu ali de interesse do Ministério Público e da sociedade como um todo foi um imóvel que, para o bem do desempenho das atividades administrativas está ao lado do imóvel onde hoje é a sede do Ministério Público do estado, a conhecida Casa do Barão. Assim, acerca da dispensa de licitação a própria legislação diz que para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem sua escolha desde que o

preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

O imóvel atrás da Casa do Barão, que é o imóvel discutido, atende a necessidade para o desempenho das atividades administrativas, é bom para o estado, para o Ministério Público, para o cidadão essa adequação de determinado imóvel para a satisfação das necessidades estatais e compatibilidade do preço da compra ou do aluguel com os parâmetros de mercado.

Os estudos feitos para a compra demonstraram as avaliações do referido imóvel adquirido por R\$ 123 milhões. As avaliações de engenheiros variaram de R\$ 118 a R\$ 126 milhões. A avaliação do mercado imobiliário foi em torno de R\$ 168 a R\$ 171 milhões. Então, um compra, claro, com pareceres jurídicos que se justifica pela necessidade, que não tem nada escuro ou obscuro nessa transação e que foi, sim, definido pela necessidade que o Ministério Público tem de se fortalecer.

Então, entendo que esclarecido essa compra e será, sempre informado e esclarecido, não há necessidade, porque como disse, uma investigação, uma CPI sempre joga a pessoa, ou sobre a instituição o manto da desconfiança. E uma sociedade forte, uma comunidade forte, com democracia forte, não pode enfraquecer suas instituições. As pessoas passam, mas as instituições permanecem. Por isso, ontem, queria fazer essa exposição e explicar o porquê do meu posicionamento que, felizmente, é o mesmo do nosso partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do sr. Marcio Terra, vereador do município de Zortea, e demais lideranças de várias localidades do nosso estado de Santa Catarina.

Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-tarde a todos e a todas. Cumprimento o jornalista Marcelo Fernandes, que está nesta Casa transmitindo esta sessão para a Rádio Guarujá diretamente.

Quero falar sobre o marco civil da *internet*, debatido e concluído nesta semana no Senado Federal.

Para nós é um marco importante dentro do processo de democratização dos meios de comunicação. Tenho visto com crescente assombro uma desvirtuação do debate sobre o que é na verdade a liberdade de imprensa. Uma imprensa livre é uma imprensa que é livre do poder econômico, da influência partidária, é uma imprensa que forma, não uma imprensa que apenas expressa uma opinião de um determinado grupo.

E tenho convicção de que a partir do marco civil da *internet* que ontem foi concluído no Senado Federal, sem modificação alguma do texto proposto pela câmara de deputados, poderemos dar um passo adiante em termos de democratização e acesso à informação.

O Brasil vive um fenômeno extraordinário de acesso à *internet*, às redes sociais, mas principalmente, ao acesso à informação.

Nós temos hoje condições no Brasil de que pessoas que não participam de grandes veículos de comunicação possam também contribuir na formação do pensamento.

Por isso é importante que dentro dos novos marcos que o Brasil vai discutir sobre a *internet*, possamos ampliar a democratização dos meios de comunicação. Digo isso porque podemos debater no âmbito da política e das relações humanas. Isso é muito complexo.

Quem é um pouco mais maduro vai lembrar-se de um caso há cerca de uns 15 ou 20 anos, sobre a

famosa escola em São Paulo que foi veiculada a hipótese de que se os donos assediavam sexualmente as crianças. No curso do processo, depois de elas terem sido expostas e condenadas pela opinião pública, viram que não era nada disso, que houve um problema de insanidade de uma das mães que acabou redundando numa acusação completamente infundada.

Portanto, nos marcos que o Brasil vive de democracia, de ampliação do desejo por democracia, de consolidação da democracia no Brasil, também temos um marco civil da *internet*, que é um avanço significativo, uma conquista para quem gosta desse ambiente. Em particular considero o ambiente da *internet* uma ferramenta democratizante, inclusive dos Parlamentos.

Tradicionalmente temos muitas dificuldades de conseguir falar amplamente com o povo e através da *internet* - claro, estamos falando de um estado que tem muito acesso, mas é realidade no Brasil inteiro e no mundo -, temos a ampliação da capacidade de fontes que um cidadão, uma cidadã pode ter para ter maior conhecimento, e a partir daí, formar opinião, de fato, que tem a ver com a realidade. O ambiente virtual é democracia também.

Eu participo ativamente das redes sociais tendo um perfil de mandato, um perfil meu, pessoal, porque acredito que isso é uma forma imediata de fazermos algumas discussões e algumas delas com ações concretas, reais.

Quero agradecer ao Eduardo Marquenezine, nunca o vi, não sei quem é, apenas o conheço de uma foto de perfil do *facebook*, quando fez contato comigo e pediu para que ajudássemos na conclusão da obra que dá acesso a São Bonifácio, sendo que a obra acabou acontecendo. Houve repercussão na *internet*, que começou com uma iniciativa isolada de uma pessoa que conheço apenas de uma foto da *internet*, mas sei que se trata de uma pessoa que se preocupa com a sua comunidade.

Portanto, é uma forma do poder público conhecer rapidamente, em tempo real, o que as pessoas precisam e, por outro lado, das pessoas

acompanharem os mandatos, os candidatos, e o que realmente acontece no Parlamento.

Então, sr. presidente, tenho a convicção de que o marco civil da *internet* para nós é um passo adiante nesse processo ainda delicado no Brasil, que é a consolidação da democracia.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, atuamos e vivemos no norte e nordeste de Santa Catarina e, este deputado, mais especificamente, no município de Joinville. Trabalho na minha região e sou um exemplo do que já poderia ter sido instituído em lei, do chamado deputado distrital, porque trabalho, de forma objetiva, com, no máximo, 20 municípios da minha região, portanto, sou conhecido como deputado distrital.

E entendo que se fizéssemos todos assim, em época de eleição não teríamos tantos paraquedas em tantos lugares por este estado afora procurando apenas e tão-somente o voto, e depois das eleições, desaparecem como por encanto e apenas voltam novamente nas eleições seguintes. Se tivéssemos já instituído o voto distrital, com certeza, isso não aconteceria.

Nós temos próximo à cidade de Joinville o município de Araquari, talvez o município mais promissor que temos em Santa Catarina em termos de investimentos, em termos de progresso que vislumbramos a curto e médio prazo, e talvez pela sua posição geográfica, está próxima ao Porto de São Francisco do Sul e de grandes indústrias de Santa Catarina que ficam na cidade de Joinville, estrategicamente próxima a um grande núcleo industrial, que é Jaraguá do Sul, com uma área extremamente plana e grande, que está se transformando num verdadeiro canteiro de obras de

empresas de fora que estão indo para lá. Temos a prova maior, por exemplo, a BMW que se instalou recentemente naquele município e temos também a expectativa de outras grandes indústrias chegando.

Ocorre, sr. presidente, que estamos nos deparando com um problema que este país enfrenta. O progresso está vindo, mas a infraestrutura para dar guarida a esse desenvolvimento não está acompanhando o mesmo passo, a mesma aceleração das coisas.

Estou me referindo à questão da água na cidade de Araquari. Eu tenho em mãos o Ofício n. 042, da Câmara de Vereadores do Município, que foi endereçado ao governador Raimundo Colombo e a todos os deputados desta Casa, inclusive a este deputado, que é daquela região. Neste ofício foram feitas explanações relacionadas ao problema da falta de água que o município começa a sentir de maneira preocupante.

Eu vou citar aqui alguns trechos dessa moção de repúdio que foi encaminhada.

(Passa a ler.)

"Preocupados com essa situação, autoridades políticas, a associação empresarial e a comunidade em geral vêm levantando esse assunto desde 2010.

Foram realizadas reuniões na Câmara de Vereadores, na prefeitura municipal, na associação comercial de Araquari. Enfim, foram realizadas muitas reuniões, ocasião em que foram colocados todos os problemas.

Cumpramos destacar que no ano de 2013 a situação chegou a tal ponto que se intensificou muito a cobrança dos empresários e, principalmente, da comunidade, de uma forma geral, para que a Casan fizesse os investimentos necessários, onde ocorreu, na sede da Associação Empresarial e Industrial de Araquari, no mês de junho do ano passado, uma reunião com café com autoridades, com o diretor de Operações da Casan, com o presidente da ACIAA, com o prefeito, com vereadores e outras autoridades do município, ocasião em que várias ações e promessas foram feitas por parte da Casan. Entretanto, a situação do abastecimento, ao invés de melhorar, piorou muito mais.

Após este evento outras reuniões aconteceram, inclusive uma delas durante uma sessão da Câmara de Vereadores, sendo aberto espaço para manifestações da comunidade, onde aconteceram até palavrões, tal a revolta da comunidade.

O problema do abastecimento de água chegou a um ponto tão precário, sr. presidente, que a comunidade foi para as ruas manifestar a sua indignação, chegando a fechar as principais rodovias que cortam o município, que são a BR-280 e a SC-301 em dias como sexta-feira, em que o movimento é intenso, além de as autoridades do município estarem correndo o risco quanto à sua integridade. Tudo isso devido ao descaso da Casan com o nosso município.

A Associação Empresarial, através de seu presidente, conseguiu agendar uma reunião com a Casan, na qual participaram representantes da companhia, da ACIAA, da prefeitura e dos senhores vereadores, pois mais uma vez foi feita uma série de promessas, sendo dessa vez acordado que seria elaborado um documento no início de 2014 com relação às obras e ações que seriam executadas com o devido cronograma de prazos e também agendada uma nova reunião para a assinatura desse documento pelo presidente da Casan, pela prefeitura, pelos vereadores e pela ACIAA.

Foi agendada uma reunião com a presidência da Casan no mês de janeiro deste ano, em que uma comitiva composta por elementos da prefeitura, Câmara de Vereadores, ACIAA, prefeito de Balneário Barra do Sul, ocasião em que foram tomados de surpresa, pois a presidência da Casan não tinha conhecimento das várias promessas que haviam sido feitas por parte de integrantes da diretoria, demonstrando claramente a falta de comunicação entre os elementos daquele mesmo órgão.

Porém, ao término da reunião, a presidência da Casan assumiu o compromisso de analisar o documento que tinha sido elaborado com informações que a própria Casan havia solicitado na reunião de dezembro de 2013, e que na próxima semana teríamos uma nova reunião com data e hora já definida para acertar os pontos e assinar o documento."

Como é de costume, mais uma vez não foi cumprido o cronograma e muito menos foi feita a reunião. A reunião foi cancelada às vésperas, à noite, por um telefonema da Casan, e até hoje todas as autoridades do município e comunidade estão aguardando uma resposta.

O ofício da Câmara de Vereadores de n. 42/2014 termina com o seguinte teor:

(Continua lendo)

"Lamentamos muito tudo o que está acontecendo, e manifestamos nossa indignação, pois a Casan tem sido um dos maiores gargalos no desenvolvimento de Araquari que atravessa um momento ímpar no seu crescimento.

Diante dos fatos acima expostos, o Poder Legislativo de Araquari apresenta esta Moção de Repúdio à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento de Santa Catarina - Casan.

Araquari, 25 de fevereiro de 2014." [sic]

Assinam todos os vereadores e também o secretário da Fazenda; o prefeito em exercício, Clenilton Carlos Pereira; o prefeito atual, João Pedro Woitexem; e membros da Associação Comercial. Enfim, assinam todas as autoridades representativas dos mais variados segmentos de Araquari mandando essa moção de repúdio ao sr. governador e também encaminhando-a a cada um dos srs. deputados, entre eles este deputado que lhes fala.

Eu fiz apenas uma pequena transcrição deste ofício, porque essa questão é motivo de preocupação de todos nós, uma vez que o município está crescendo e, mais uma vez, vamo-nos deparar com o problema de infraestrutura para dar vazão a esse crescimento não somente lá, como em qualquer parte deste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Major Vieira, Israel Kiem, e também do grandioso vice-prefeito de Monte Castelo, Alcides Malikoski, que se fazem presentes neste plenário. Inclusive, eles vão convidar todos os deputados e as deputadas para uma festa que vai acontecer no município de Monte Castelo.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência deseja ao prefeito e vice-prefeito as boas-vindas a este Parlamento!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, todos os deputados, as deputadas e aqueles que acompanham esta sessão tanto pela TVAL como pela Rádio Alesc Digital.

Vou falar, hoje, em nome do Partido dos Trabalhadores, de um grande programa nacional que tem melhorado a vida da nossa população brasileira e feito chegar a saúde nos cantos mais distantes deste país.

É claro que vou falar do Programa Mais Médicos, do governo federal, programa esse que tem como base a garantia do médico em cada município brasileiro.

Somente para terem uma ideia, gostaria de dizer que uma pesquisa realizada recentemente pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em 2011, apontou que 58,1% da população colocava a falta de médicos como o principal problema do Sistema Único de Saúde.

E nesse sentido é importante compreendermos que o Brasil tem apenas 1,8 médicos por mil habitantes. Isso é pouco ou é muito?

É pouco se nós compararmos com todos os outros países, tanto da América Latina como de países desenvolvidos. É o caso, por exemplo, da nossa vizinha Argentina, que tem 3,2 médicos a cada mil habitantes. É o caso de países europeus, como

Portugal e Espanha, que têm quatro médicos a cada mil habitantes, e é o caso de Cuba, que todos ou muitos falam tão mal de Cuba, mas esquecem que Cuba é uma ilha menor do que Santa Catarina, e esse país tem 6,7 médicos a cada mil habitantes.

É importante também dizer que 1900 municípios no Brasil tinham menos do que um médico a cada três mil habitantes. A maioria dos 700 municípios brasileiros não possuía sequer um médico residindo na cidade.

Santa Catarina não está muito longe desse cenário, deputado Volnei Morastoni, que compreende tão bem a saúde, tão brilhante na defesa do SUS também. Santa Catarina contava com 1,69 médicos a cada mil habitantes. E quando falamos do Programa Mais Médicos, nós ouvimos muitas entrevistas de alguns setores conservadores dizendo que o problema não é falta de médicos, mas é a falta de estrutura nas políticas de saúde.

Eu confesso que isso não é de toda verdade, porque todos os números comprovam que faltam médicos. De que adianta ter hospital, aparelho, se não tem um médico, que é o primeiro que examina o cidadão? Se não há médico, como se vai fazer a cirurgia? Como se vai receitar um medicamento?

Não é o aparelho que receita o medicamento, não é o prédio que receita o exame, é o médico, é o profissional, é a equipe de saúde. Então, o Mais Médicos trabalha em duas vertentes, com o foco central, num amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde.

E nesse foco, também é uma diretriz do Mais Médicos aperfeiçoar a formação de médicos na atenção básica. Ampliar o número de médicos nas regiões mais pobres deste país e garantir os investimentos em infraestrutura nos hospitais e unidades de saúde.

Eu quero dar um exemplo bem concreto, deputado Neodi Saretta, deputado Volnei Morastoni, no município de Chapecó, todos conhecem e já ouviram falar no Hospital Regional do Oeste. Naquele hospital, que estamos transformando em hospital-escola graças à ida da medicina, um projeto de

expansão do nosso governo federal está investindo R\$ 700 mil para aquisição de um aparelho que vai trabalhar justamente o câncer de colo de útero nas mulheres oestinas, que até então, tinham que se deslocar até Florianópolis.

Esse é um programa do governo federal. Eu quero dizer também que nós não estamos falando de poucos médicos, mas de mais de 13 mil novos profissionais que já estão atendendo nas periferias e no interior dos estados brasileiros.

Para termos uma ideia, esses 13 ou 14 mil médicos atendem exatamente na atenção básica, e aí nos chama atenção, deputados Volnei Morastoni, uma entrevista do presidente Lula aos blogueiros em que ele dizia que os médicos não resolvem todo o problema, porque o cidadão vai ter o atendimento à saúde básica e vai querer um especialista.

Temos que estar preparados também para termos especialistas nos municípios.

Mas é claro que quando o presidente fala isso ele está dizendo que a Saúde precisa de mais investimentos, de mais estrutura, mas precisa, sim, do profissional da atenção básica.

Serão beneficiados ao todo com o Mais Médicos 48 milhões de brasileiros. Olha, é muita gente! Qual é o tamanho da população brasileira? Temos em torno de 180 milhões de habitantes. Então, são 48 milhões de pessoas que estão sendo atendidas pelo Mais Médicos.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Concedo um aparte ao deputado Volnei Moratoni.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Minha querida companheira Luciane Carminatti, parabéns pelo pronunciamento, e até usando uma expressão popular, digo que o Mais Médicos foi um tiro certo do governo federal para preencher uma laguna, um vazio em toda a história da medicina brasileira.

As instituições médicas, por uma questão corporativa, não querem mais médicos, não querem mais faculdades, mais cursos. Mas é bom dizer que o Mais Médicos não trará somente mais médicos, mas

mudanças importantes a partir de 2015 nos cursos de Medicina, na formação que vai ter o segundo ciclo formado em seis anos, depois mais dois anos o segundo ciclo. O médico vai ter um CRM provisório e vai atuar durante dois anos na atenção básica na saúde da família, independentemente se ele será cirurgião plástico, oftalmologista, cirurgião bariátrico ou qualquer outra especialidade, mas tem que ter essa formação porque até hoje os cursos de Medicina não deram, havia uma laguna. Por isso, muitos são os problemas que temos nessa relação médico/paciente, na relação do SUS na saúde pública brasileira.

Outro ponto é que além de tratar desse segundo ciclo e da abertura de novos cursos de Medicina em todo o Brasil, que temos que formar mais médicos para alcançar a proporção das necessidades pela expansão dos serviços, também regulamenta as residências médicas, a formação de especialistas. É isso que o presidente Lula falou.

Realmente vamos precisar de especialistas, depois da atenção básica que pode resolver 80% dos problemas, precisamos dos especialistas, mas vamos formar novos especialistas porque o número de vagas nas residências médicas será igual àquelas turmas que vão se formar a partir dos que entrarem em 2015, quando concluírem, em oito anos, o número de residências de vagas para as especialidades também vai ser tal e qual o número de médicos formados, justamente para termos também o número de especialistas necessários para atender a população.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Escutamos muitas falas dizendo que apenas estamos trazendo médicos de fora. Não é verdade! Os governos que mais ampliaram os cursos de Medicina foram os do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff, uma vez que Santa Catarina até 2018 terá 200 vagas novas para o curso de Medicina, sendo: 80 para Chapecó, na Federal Fronteira Sul; 60 na UFSC, em Araranguá; e mais 60, na UFSC em Florianópolis. Em Chapecó as aulas já iniciam no dia 26 de fevereiro do ano que vem. E além dessas 200 vagas de Santa

Catarina, temos mais de 800 vagas para residências médicas.

Então, quero dizer com isso que temos que valorizar esse programa porque ele atua em duas frentes. Do ponto de vista imediato, resolve o problema da falta de médicos, de estrutura, e também melhora as condições a médio e a longo prazo, pois o Brasil não vai poder ficar contando a vida inteira com médicos de fora, tem que formar os nossos médicos.

É nesse sentido que vemos com ótimos olhos as 200 vagas para Santa Catarina, sendo que teremos no oeste as primeiras vagas de Medicina pública formadas a partir do ano que vem. Já estamos cadastrando as residências médicas, deputado Volnei Morastoni, porque a exigência do ministério da Educação é, no mínimo, três residências médicas no Hospital Regional. Isso para dizer que temos uma preocupação muito grande com a saúde da população brasileira e catarinense.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada Faraco de Luca, por até 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, assomo esta tribuna para fazer um pronunciamento que talvez não interesse a muita gente, mas os pais responsáveis, as mães e avós responsáveis terão bastante interesse em escutar.

(Passa a ler.)

"Quero parabenizar a secretaria da Saúde, sim, através da equipe da diretoria de Vigilância Epidemiológica e do seu diretor Eduardo Marques Macário pelo grandioso trabalho, na campanha de vacinação do HPV, superando o objetivo. Foram vacinados 85,43% das adolescentes, o que representa 126.941 garotas na faixa etária de 11 a 13 anos.

A vacinação começou a ser disponibilizada gratuitamente a partir do dia 10 de março. A meta do ministério da Saúde para Santa Catarina e da diretoria de Vigilância Epidemiológica era imunizar 125 mil adolescentes.

Quero parabenizar toda esta equipe e os municípios que se articularam para disponibilizar a vacina nas escolas públicas e privadas, assim superando os números planejados pelo ministério da Saúde.

A vacina utilizada no Brasil é recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e usada como estratégia de Saúde Pública em 51 países. Desde o lançamento desta vacina, em 2006, mais de 170 milhões de doses foram aplicadas no mundo. Estimativas indicam que 270 mil mulheres no mundo morreram devido ao câncer de colo do útero.

No Brasil, o Instituto Nacional do Câncer (INCA) prevê o surgimento de 15 mil novos casos e cerca de 4.800 óbitos, em decorrência da doença, apenas neste ano. A vacina do HPV previne contra quatro tipos de vírus.

Isso precisa ser dito aqui de público, transmitido pela TVAL para que nós, mulheres, possamos espalhar a importância dessa doença. Dois deles correspondem a 70% dos casos de câncer de colo de útero. O vírus pode infectar a pele e mucosas e possui mais de 100 tipos.

Ao menos 13 tipos de vírus podem desenvolver câncer. Esta é a causa que desencadeia o segundo tipo de tumor que mais atinge as mulheres no país.

Estudos comprovaram que de todas as meninas que receberam a vacina antes da atividade sexual, 98% desenvolveram a imunidade."

E nós temos que estar sempre atentos para que essa desgraça não chegue à família nenhuma e tão pouco aos nossos jovens.

(Continua lendo)

"E se uma menina que já teve contato com HPV, não se pode se garantir a imunidade.

Depois de dois anos de vida sexual ativa, 50% das pessoas já têm o HPV.

Quero alertar, ainda, mesmo com o término da campanha de vacinação contra o Papiloma Vírus

Humano - HPV -, a imunização gratuita continua disponível.

Qualquer menina que não vacinou ou que vai completar 11 anos nos próximos meses basta procurar o posto de saúde local.

E a segunda dose da vacina será aplicada nos postos de saúde seis meses após a primeira dose. A terceira deve ser feita daqui a cinco anos, também nos postos de saúde.

A partir de 2015, o público será expandido para meninas entre 9 e 13 anos."

Então, senhores pais e mães, observem essas datas de reforço da vacina contra o HPV, pois há se é alguma coisa sagrada na vida é a saúde. E antes de encerrar quero destacar que hoje inicia a campanha de vacinação contra a gripe nas escolas e nos postos de saúde. Vamos nos prevenir também da gripe. A saúde não tem preço!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigada, deputada!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Registro a presença dos amigos, colegas vereadores de Itapoá, Daniel S. Werber, Josenio V. Bernardi, Ernesto P. de Aquino e Thomaz W. P. Sohn, que estão nos prestigiando no dia de hoje nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Está Presidência agradece a presença dos vereadores.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero registrar a presença de dois grandes amigos, ex-secretário de Habitação e vereador do município de Joinville, Fabio A. Dalonso, do PSDB, e do

vereador Claudio N. Aragão, do PMDB, do mesmo município. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Feito o registro.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero aproveitar e registrar a presença do vereador de Itapema, Wanderley Dias, ex-policial militar, grande lutador na Câmara de Vereadores pela questão da segurança e que está muito feliz pela definição da construção da futura sede da Ciretran e da delegacia de Polícia, junto com o vereador Marco Antonio Machado, Toninho, enfim toda a equipe da Câmara de Vereadores daquele município.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência agradece a presença das autoridades nominadas pelo deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o que me traz à tribuna no dia de hoje diz respeito a v.exa., que na ocasião aqui, na Assembleia Legislativa, sugeriu uma atribuição, que foi a CPI da Telefonia Móvel em Santa Catarina e já fizemos algumas manifestações a respeito desse assunto.

Mas, como ainda está em andamento esse processo muitas indagações, principalmente nos municípios mais distantes têm sido com certa frequência, são de quando vai melhorar o sinal da telefonia móvel em Santa Catarina. Nós informamos em muitas oportunidades que a empresa TIM foi a vencedora do último leilão que o governo federal

fez e que através do mesmo, mas com o termo de compromisso, que foi assinado aqui, nesta Casa, com a participação dos colegas e da colega deputada Ana Paula Lima, que também fez parte e deu a sua contribuição nessa referida CPI; coincidência ou não, o fato é que existe o leilão, edital, documento e empresa vencedora. E também é verdade que existe um termo de compromisso para que a empresa TIM instale este ano 60% de sinais ampliando-os para os municípios catarinenses, principalmente os de área rural.

Portanto, acabamos de sair de uma audiência com a Fatma para encontrarmos um instrumento facilitador na celeridade sem perder, obviamente, a responsabilidade e o compromisso das licenças ambientais para a instalação dessas antenas como assim chamamos, que na verdade são *sites* que emitem os sinais para a telefonia móvel melhorar em Santa Catarina. Além disso, estender o sinal da telefonia móvel de 30km da sede do município em toda direção, ou seja, norte, sul, leste, oeste. Portanto, terá uma abrangência na área rural, nos bairros mais distantes, nas rodovias, pelo menos parcialmente, e mais que isso, porque me confirmava a pouco o diretor da empresa da operadora TIM que mais de mil escolas rurais serão beneficiadas com a *internet* gratuita atendendo principalmente a nossa criança, o nosso adolescente que está hoje, de certo modo, prejudicado com o sinal da telefonia não tendo esse instrumento para aperfeiçoar seu conhecimento, tanto no que diz respeito ao aprendizado ou de informações à *internet* possibilitando o acesso a livros, ou seja, é uma biblioteca disponível para essas crianças e jovens no interior, na área rural.

E ao mesmo tempo também, com isso vai permitir que o próprio sistema celular possa ser utilizado com vários aplicativos como é o caso da Internet que hoje estão privados desse meio de comunicação desse meio de informação.

Então, quero registrar no dia de hoje que acabamos de sair desta audiência e que há um entendimento de dar, repito, esta celeridade. E

quero crer que nós em Santa Catarina vamos ter esse avanço principalmente no segundo semestre deste ano.

E ao mesmo tempo lembrar que esta Casa deu uma grande contribuição a Assembleia Legislativa através dos seus deputados e deputadas tanto na construção da CPI que foi assinada pelos 40 deputados como também nesta negociação que resultou no envio de uma medida provisória para esta Casa do governo do estado, governador João Raimundo Colombo que já emitiu esta medida provisória dando também uma remuneração melhor aos técnicos, aos engenheiros, sejam eles florestais, sanitaristas civil, biólogos, geólogos entre outras atividades dos colaboradores, dos servidores da Fatma, que era uma grande reivindicação de longo tempo pela remuneração que não era compatível com o desempenho das atividades dos servidores daquela instituição.

Portanto, esta medida provisória está aqui na Casa e que deve ser apreciada em breve, deve ser deliberada aqui neste Plenário. E por conta disso também vai melhorar as condições de contratar novos técnicos, novos servidores que já foram chamados no último edital do concurso. E não tenho dúvida de que nós vamos ter um grande avanço não apenas na questão da telefonia, mas também para a liberação de outras licenças que são pertinentes ao empreendedor.

Não tenho dúvida de que na medida em que for construída, que for deliberada esta matéria, Santa Catarina, a população vai ganhar porque haverá mais pessoa, mais servidores, a disposição nesse quesito da liberação das licenças, em especial da telefonia móvel em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Convido o presidente deputado Joares Ponticelli para dar sequência à sessão da tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Agradeço ao deputado Padre Pedro Baldissera, nosso vice-presidente, sempre atento aos seus compromissos da Mesa Diretora desta Casa.

Srs. deputados, sras. deputadas. Conforme anunciamos na tarde de ontem, abriremos espaço para os parlamentares que queiram questionar o fato determinado da CPI proposta e liderada pelo deputado Jailson Lima com outras 17 assinaturas.

Esta Presidência registra que não houve nenhuma manifestação, nenhum parlamentar questionou o fato determinado.

Portanto, dando prosseguimento aos atos de constituição da CPI, esta Presidência de acordo com § 2º do artigo n. 41 do Regimento Interno, determina a publicação e abre o espaço de duas sessões para que as bancadas façam a indicação dos membros que comporão a comissão Parlamentar de Inquérito.

Informo a este Plenário que as bancadas do PSD, do PSDB e do PP, informaram oficialmente à Mesa Diretora que não participarão da referida CPI, portanto, as vagas para composição da CPI ficaram distribuídas da seguinte forma:

O requerimento propõe uma comissão com cinco membros, pelo cálculo da proporcionalidade partidária caberá ao PMDB, duas vagas; ao PT, uma vaga; ao conjunto de partidos integrados pelo PSOL, DEM, PCdoB e PPS, uma vaga; embora haja uma informação informal da deputada Angela Albino, de não participação, mas aí compete aos outros três partidos indicarem um representante; e a vaga remanescente, visto que há empate no cálculo, caberá ao PT e ao PMDB, por acordo, definir quem irá preenchê-la.

Portanto, repetindo, duas vagas para o PMDB, uma vaga para o PT, uma vaga aos partidos com menor representação e a vaga restante será preenchida por acordo entre PMDB e PT. Fica aberto o prazo de duas sessões, conforme determina o § 2º, do artigo n. 41, desconsiderando a sessão de hoje, então até a próxima terça-feira os partidos deverão fazer a indicação dos membros para compor a CPI.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais deputados e deputadas, temos debatido sobre essa CPI, inclusive já havia conversado com o deputado Sandro Silva, quando ele estava exercendo a vaga do PPS, também com a deputada Angela Albino e com o deputado Narcizo Parisotto, e da parte do bloco formado por estes quatro partidos que são o PPS, o DEM, o PCdoB e PSOL, eu estarei representando, isto já em comum acordo entre todos os integrantes destas bancadas chamadas singulares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado pela informação, deputado Sargento Amauri Soares, solicito a v.exa. que formalize à Mesa Diretora, já temos uma indicação informal para que possamos publicar a indicação do primeiro membro da CPI.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Leis n.s: 0100/2012, de autoria da deputada Angela Albino; 0105/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes e 0110/2012, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica também que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0497/2013, de entidade social.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0047/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0303/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0387/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina Lussa Librelato a rodovia que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzo, de Jaguaruna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0441/2013, de autoria do deputado Arnaldo Moraes, que denomina Ricardo Sell Wagner o aeroporto regional de Correia Pinto.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2013, de autoria do Ministério Público de Santa Catarina, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 223, de 2002, e cria cargos no Quadro de Cargos do Ministério Público de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

A Sra. Deputada Luciana Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada Luciana Carminatti, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero apenas me manifestar com relação a esse projeto, tendo em vista que ele tramitou na comissão de Constituição e Justiça, houve uma emenda alterando a forma de contratação dos mais de 400 cargos, através de concurso público; essa emenda, de autoria da deputada Ana Paula Lima, foi aprovada e esse projeto, então, foi para a comissão de Finanças, e nesta comissão foi rejeitada essa emenda. Nós fizemos o pedido de vista no final do ano passado e então, nesse pedido de vista, depois da apresentação da mesma emenda da CCJ, também foi rejeitado.

Eu quero apenas me manifestar que, em nome da coerência das emendas, uma das quais eu apresentei, o meu voto é contrário ao projeto de lei, mas gostaria muito de ser respeitada na minha posição, no meu voto e que não fosse desvirtuado o meu posicionamento, visto que dá a impressão de quem vota contra a criação de cargos é contra o Ministério Público, e nós não estamos tratando da instituição Ministério Público. Também não podemos fazer aqui uma mistura com a CPI. Uma coisa é a CPI, outra coisa é a criação de cargos e a forma de acesso a esses cargos.

Neste sentido, sr. presidente, quero dizer que tenho muita tranquilidade em falar do Ministério Público porque eu fui uma das deputadas que na comissão de Finanças defendeu... E que bom que nós conseguimos criar novas promotorias, inclusive em Chapecó, graças a uma luta que fizemos porque sabíamos da necessidade que era a falta de promotores.

Então, eu quero um Ministério Público forte, com promotores titulares que possam ter as suas equipes qualificadas investigando todos os crimes.

Além disso, quando do debate da PEC n. 37, nós aprovamos aqui um requerimento de minha autoria também, que era contra a PEC n. 37. Naquele momento, eram dois meses antes das manifestações da rua, que eram contra também a essa PEC. E nós aprovamos neste Parlamento, deputado Edison Andrino, uma moção contrária à aprovação da PEC n. 37.

Então, eu quero dizer com isso que não aceito que, em nome do meu voto contrário questionando a forma de acesso aos cargos, diga-se que somos contra o Ministério Público. Porque aí, infelizmente, é nivelar por baixo, fazer um debate superficial e que coloca o desrespeito às instituições. Não é nisso que trabalho.

Eu acho que cada parlamentar tem suas convicções e trabalho muito com a Constituição brasileira embaixo do braço. Ela é muito clara: a forma de acesso aos cargos públicos é através de provas e títulos. É nisso que eu acredito.

Então, quero o Ministério Público forte, atuante, presente em todas as regiões com total autonomia em relação aos poderes.

É esta a minha declaração de voto, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aqui também reafirmar a minha posição muito tranquila em relação à defesa do Ministério Público.

Com certeza, se viesse um projeto de lei criando, ao invés de 304, 500 cargos no Ministério Público, este deputado votaria favorável, se

mostrasse a necessidade que tem, e sei que tem necessidade.

Eu fui também autor da emenda na comissão de Trabalho no sentido de transformar esses cargos em cargos efetivos. E há um dado, sr. presidente, que quero trazer para toda a sociedade catarinense e para os srs. deputados: nós vamos ter praticamente dois por um, deputado Silvio Dreveck. Nós vamos ter 868 cargos comissionados e 488 cargos efetivos concursados no Ministério Público, a partir da aprovação desse projeto.

Acredito que o Ministério Público, pela sua função, pelo seu papel... Eu, inclusive, estou com dados aqui na mão que mostram que de janeiro de 2013 a abril de 2014 houve uma rotatividade dos cargos comissionados que existem. Eles mostram que 92% das trocas, das mudanças, foram cargos comissionados.

Então, a rotatividade, na minha avaliação, prejudica a sociedade catarinense nos processos, porque não se dá sequência aos processos.

Por isso, eu, como princípio, sempre defendi na minha história, na minha caminhada, que o serviço público, para ter seriedade e não haver nepotismo, precisa não ter apadrinhamento, mas, sim, de concurso público, especialmente na questão do Ministério Público.

Portanto, de forma alguma somos contra a criação desses cargos. Entendemos que o Ministério Público precisa funcionar e agir. Inclusive, fizemos várias denúncias junto ao Ministério Público e é preciso funcionar, mas, nesse caso, defendemos concurso público.

Por isso, o meu voto, sr. presidente, não é contra o Ministério Público, não é contra o projeto, mas é contra a questão da indicação de cargos comissionados indicados pela Promotoria Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, este é um projeto, sem dúvida alguma, de fundamental importância para o Ministério Público, que se tem constituído numa instituição que, efetivamente, é defensora da sociedade e tem cumprido um papel fundamental no combate à corrupção e, sobretudo, à criminalidade.

Esse projeto realmente gerou algumas polêmicas no Parlamento catarinense, o que é normal, porque, afinal de contas, a essência do Parlamento é o debate. E é na divergência que crescemos e aprendemos.

A deputada Luciane Carminatti tem razão. Em momento algum o PT foi contra a criação dos cargos. A nossa é uma divergência ideológica que não vamos conseguir resolver nunca aqui nesta tribuna, porque questão ideológica é ideológica. Por quê? Porque entendemos que cargo de assessoria de gabinete tem que ser cargo de confiança do promotor. Isso é fundamental! É exatamente o que acontece no Parlamento catarinense. Nós também temos assessorias de confiança para tocar as nossas tarefas do dia a dia. E o PT - e a deputada Luciane Carminatti tem razão - defende o concurso público. Então, aí residiu a nossa divergência.

Mas esse é um projeto pertinente e necessário, sr. presidente, porque cria 400 cargos. Nós estamos dando um assessor a mais, um assistente para cada promotor de Santa Catarina, e criamos mais alguns cargos de assessoria eminentemente técnica.

Ora, é de fundamental importância dotarmos as promotorias de uma estrutura razoável para dar vazão às demandas e, sobretudo, para dar assessoria para as novas promotorias que vão ser criadas em Santa Catarina.

Dito isso, sr. presidente, eu quero concluir dizendo que, com a aprovação desse projeto, e que deverá acontecer nos próximos minutos, o Parlamento catarinense estará dando uma demonstração de reconhecimento a essa instituição que tem o apoio popular. Prova disso foram as manifestações no ano passado e o sepultamento

imediatamente da PEC n. 37 que enfraquecia o Ministério Público.

Eu concluo dizendo que o Ministério Público corrigiu uma das suas atitudes que havia sido questionada há muito tempo em Santa Catarina, deputada Luciane Carminatti, porque o Ministério Público exarou a nota técnica. E agora, quando se faz a análise da proporcionalidade cargo comissionado e cargo efetivo para as Câmaras de Vereadores em Santa Catarina, desconsideram, pela nota técnica exarada pelo Ministério Público, os assessores nomeados em gabinete.

E foi firmado um novo TAC na cidade de Balneário Camboriú, já seguindo as recomendações dessa nova nota técnica do Ministério Público.

Portanto, está de parabéns o Parlamento catarinense, que dá uma demonstração de prestígio ao Ministério Público de Santa Catarina, que é enxuto, que é qualificado, e que é comprometido com as causas da nossa comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, na verdade trata-se da transformação de cargos. Estes cargos existiam na forma de contratados e já eram escolhidos, pelas suas peculiaridades, pela competência, pelo conhecimento da área de atuação.

E é lógico que o promotor de Justiça precisa trabalhar com uma pessoa da sua inteira confiança, até pelo sigilo profissional necessário, pela especialidade da promotoria, e eu entendo que o concursado vai engessar.

E eu cito aqui um exemplo que nós tivemos nesta semana, do Renatão, que tinha dois policiais que estavam com ele há 30 anos, só que ele tinha a possibilidade de escolher dois entre três mil policiais, e os escolheu. E aqueles eram as

pessoas de confiança que o acompanhavam, que o conheciam há muito tempo.

Então o Ministério Público, pela peculiaridade de cada promotoria, porque hoje o promotor está numa na promotoria da Moralidade Administrativa, amanhã está na do Meio Ambiente, no outro dia está numa Criminal, e ele, para poder desempenhar bem a sua atividade, precisa ter uma pessoa de competência e conhecimento na área de atuação.

Então, eu vejo que esta transformação dos cargos, que não é uma criação, nada mais justo para permitir que o Ministério Público possa ter uma atuação condizente com a responsabilidade que a Constituição a atribui e que a sociedade cobra do Ministério Público.

Então, eu sou favorável, e o desempenho do Ministério Público depende, sim, de ter pessoas qualificadas, de confiança, ao lado.

Então, não podemos engessar mais essa atividade profissional tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Solicito à abertura do painel para a votação.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - V.Exa. atendeu por telepatia o pedido do deputado Marcos Vieira, que está ansioso para votar.

Mas é importante a entrada deste projeto aqui no Parlamento, porque ele reacende uma grande discussão, da importância de termos, não somente nós parlamentares, prefeitos ou governadores, mas também homens que exercem papéis importantes na sociedade, como os promotores de Justiça e os juizes de Direitos, ao nosso lado pessoas da mais alta confiança para fazer com que o trabalho ande e flua de acordo com a necessidade que exige o momento e a ocasião.

E o projeto que deu entrada aqui reacende aquela discussão que já vem sendo travada há muitos anos por nossos vereadores e prefeitos. Eu fui prefeito e sei o quanto é importante ter lá na

prefeitura, ao seu lado, para fazer com que a máquina caminhe, alguém que seja da estrita confiança do prefeito. E assim os vereadores para fazer com que as suas atividades possam ter um encaminhamento, principalmente no momento em que o vereador não está presente em seu gabinete, ou mesmo nós, como parlamentares, também. E agora o Ministério Público sente na pele esta mesma necessidade.

Por isso que o meu parecer foi, na comissão de Constituição e Justiça, repetido novamente na comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, e que retornando novamente à comissão de Constituição e Justiça confirmei novamente este parecer, que é pela aprovação do projeto, conforme texto original, com duas emendas, a pedido do Ministério Público, que corrige, em primeiro lugar, a especificidade da qualificação da pessoa que vai exercer o cargo; e em segundo lugar, acrescenta mais um atributo das funções daquele que vai exercer, orientar o Ministério Público quanto às questões de meio ambiente e questões sanitárias.

Então o nosso voto, o meu voto é pela aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, a fala aqui colocada pelo deputado Mauro de Nadal basicamente contempla a manifestação que faria e estou fazendo.

Eu também fui prefeito, deputado Mauro de Nadal, no pequeno município de Guaraciaba e sei da importância que representa os cargos concursados e, ao mesmo tempo também, os cargos de confiança e comissionados do poder público local, ou seja, todas as atividades tanto do funcionalismo público efetivo quanto a de confiança ou comissionado.

Por isso, sem discordar da posição do deputado Dirceu Dresch, da deputada Luciane Carminatti, mas tenho uma posição muito clara, ao mesmo tempo também, de coerência com a nossa prática dentro do Parlamento. Assim, não tenho dúvida nenhuma e não tenho nenhuma dificuldade em votar a favor deste projeto porque ao votar a favor, estamos defendendo uma instituição que luta e trabalha para que o acesso à Justiça esteja cada vez mais ampliado.

É nesse espírito e nessa direção que voto favorável a esse projeto de lei que está em tela para ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Padre Pedro Balsissera.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para colocar algumas ponderações já que não há sentido o encaminhamento de voto com o painel aberto e, praticamente, todo mundo já tendo votado. Em primeiro lugar, concordar com quem levantou, se não me falha a memória, a deputada Luciane Carminatti, que não se trata aqui de uma luta a favor ou contra uma instituição, estamos debatendo um projeto específico com questões específicas, mas a grande divergência levantada aqui nem está no projeto em si porque não vi nenhuma manifestação no sentido de eventualmente ter esses assessores para os membros do Ministério Público, e a divergência está centrada apenas na forma de contratação.

Então, estamos com uma questão específica e com uma divergência específica. A segunda questão que gostaria de levantar é que de fato nós defendemos o serviço público, defendo o serviço público, a minha bancada defende, defendo o concurso público para as funções importantes e essenciais, mas há também na própria Constituição, aquela que carregamos debaixo do braço, que seja cumprida a previsão de determinadas funções, poder ser de livre nomeação, exoneração.

Assim, ter um cargo por promotor possa ser o fator decisivo para que possa dar maior agilidade, inclusive eficácia à sua ação que é tão reivindicada e tão defendida no que se refere ao fortalecimento da instituição Ministério Público, como nós também defendemos.

Portanto, achamos razoável isso, pelo menos parte de nossa bancada pensa assim, mas tanto a parte que pensa assim quanto a parte que pensa diferente sabe que isso faz parte das conversações democráticas, e a bancada, inclusive, deixou os deputados liberados para tomar a posição que entenderem melhor no momento da votação.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente,
- Muito rapidamente quero dizer que este assunto, este projeto foi exaustivamente debatido nas comissões e, sem muita delonga, o Partido Progressista vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, não vou - até porque acho que é desnecessário e não preciso fazer isso - discorrer sobre a importância do Ministério Público e de todos os Poderes, inclusive deste também.

Já me manifestei na tribuna por diversas vezes, especialmente nesses quatro anos, de que tem sido corriqueiro na última década aumentar o poder das cúpulas, dos aparatos dos Poderes em restrição da quantidade de proporção de recursos utilizada para a função fim, para a linha de frente, em que o serviço público é absolutamente

necessário, essencial e não poderia faltar, mas falta todos os dias - na Saúde, na Educação, na Segurança Pública. Ou seja, na linha de frente sempre falta.

Tenho votado contra, reiteradamente, a todo e qualquer projeto que aumenta o duodécimo dos Poderes, que aumenta a estrutura, o *staff* e a cabeça dos Poderes. Uma expressão usada é de que tem crescido a cabeça e minguado o corpo dos Poderes. Nesse caso, acompanho esse raciocínio que já tem cinco anos. Com relação ao argumento de que inclusive aqui tem mais, deveríamos discutir esse mais. Estando em debate, a minha posição será de que se coloque numa linha razoável e justa. Acho que o duodécimo de todos os Poderes está acima daquilo que seria necessário, enquanto no Executivo para fazer política pública na linha de frente estão faltando recursos.

Por isso a nossa posição é coerente com o que temos votado nos últimos cinco anos neste Parlamento.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, quero apenas dizer, para encerrar a discussão deste assunto, que estamos votando hoje uma matéria encaminhada pelo Ministério Público que tem absoluta competência constitucional e de ornamento jurídico do estado para fazer a sua previsão orçamentária, definir as suas prioridades e escolher as formas para prestar o melhor serviço para a sociedade. Temos que manter a coerência da aplicação das normas que usamos inclusive para a própria Casa.

Nós entendemos, num determinado momento, que deveríamos priorizar a ocupação de funções que são transitórias e passageiras por cargos comissionados, tanto é assim que temos hoje mais de 20 servidores comissionados por gabinete, que prestam serviço para a sociedade e que devem ser acompanhados pela mesma.

Foi uma definição desta Casa. E não houve em nenhum momento contestação dessa decisão por parte do Ministério Público. Por isso, respeitando as opiniões divergentes, parece-me no princípio da coerência que devemos respaldar um encaminhamento que é constitucional, tem previsão orçamentária e que é uma decisão de um órgão independente com o qual sempre tivemos uma grande relação. E não está aqui se julgando a relação institucional, mas, sim, a coerência de conduta que tivemos para a própria Casa e que entendemos que devemos ter também para o Ministério Público.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Rapidamente, sinto-me na obrigação de justificar o voto contrário que manifesto contra o projeto, exclusivamente pelo modo do acesso ao cargo. Sou oriunda da Justiça do Trabalho, concursada em 1988, e considero ainda hoje que o concurso público é a melhor forma de provimento de um cargo, principalmente de uma instituição da relevância do Ministério Público. Justificando, então, gostaria de dizer que o meu voto é baseado apenas com relação ao acesso a esses cargos, pois a criação dos cargos é uma óbvia necessidade do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Procede-se à votação por processo eletrônico.)

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 28 votos "sim" e quatro votos "não".

Está aprovada a matéria, em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei Complementar n. 454, de 2009, que institui critérios de valorização profissional para os militares estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, esse projeto visa salvar do serviço público na área da Segurança Pública, especificamente, militar ou salvar alguns policiais e bombeiros militares que haviam feito concurso na Polícia Militar com o diploma pendente de instituição de ensino superior. Isso saiu na imprensa há um ano, deu bastante debate, especialmente em Blumenau, porque alguns jovens tinham feito um curso de graduação em nível superior de cursos à distância ou mesmo presencial. Só que a faculdade tinha lhes vendido um curso que o MEC ainda não tinha autorizado. E aí na hora de verificar isso, eles já tinham entrado na polícia, já tinham feito concurso, inclusive já tinham feito o curso de formação de polícia, estavam terminando o curso de formação e muitos já prestando serviço para sociedade, mas com essa pendência.

Então, os comandos da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro seriam obrigados a expulsá-los, excluí-los, retirá-los, do quadro profissional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro. Então, deu-se o prazo de mais dois, a partir daquele período, e curiosamente fecha agora em agosto, justamente para que aqueles jovens tivessem tempo em suas faculdades, que eles pagaram e estudaram, para conseguir junto ao MEC a liberação do curso, a legalização do curso.

Claro que isso é um amplo debate que precisa ser feito, porque se abre curso, cria-se curso antes que o MEC autorize, com registro provisório, e depois fica todo mundo no pincel com prejuízo da sociedade, com prejuízo das pessoas que pagaram os cursos que realizaram os cursos, e nesse caso específico com prejuízo da segurança pública, porque depois de ter formado dezenas de policiais e bombeiros a custas do erário, do governo, do Poder Executivo, tem-se que mandá-los embora.

Dessa forma, esse projeto corrige, estabelece que os prazos que foram dados fiquem convalidados em lei, também para aqueles jovens profissionais e os comandos das instituições não fiquem à margem da legislação. E eu avalio que justamente por isso é que teve o aval do Poder Executivo para aprovação desse projeto aqui na Assembleia Legislativa.

Então, o objetivo deste projeto é sanar um problema que houve, porque não houve má-fé nem dos jovens e nem do governo, nem das autoridades, nem dos comandantes, somente precisamos resolver esse problema, porque faz cinco que foi aprovado a exigência de possuir curso superior para entrar na polícia. E assim tivemos essa dificuldade para não mandá-los embora, depois de terem gastado com eles, inclusive na sua formação, a necessidade da legislação para corrigir essa falha, que já está sanada e aprovação da lei, a sanção da lei, vai resolver isso de forma definitiva, sem riscos de processos contra os servidores e contra a administração dessas instituições.

Era isso, sr. presidente, espero ter sido claro na minha exposição de esclarecimento a respeito do projeto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu fui indagado por vários colegas sobre esse projeto de lei. Evidentemente, que esse projeto de lei é oriundo de 2012 e muitos colegas ainda não têm a real ciência do que efetivamente esse projeto está propondo. Eu sugiro para deixarmos esse projeto para próxima sessão para podermos fazer o estudo necessário desse projeto.

Pergunto se posso solicitar a retirada desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Sargento Amauri Soares, espero sua resposta.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - O líder foi ágil, porque ainda não está em votação.

Compreendo a necessidade de quererem debater mais sobre esse projeto. Não tem nenhum problema de deixá-lo para próxima sessão, tenho certeza que será aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com aquiescência e agradecendo ao deputado, determino a retirada da pauta essa matéria da Ordem do Dia de hoje e a inclusão dessa matéria na Ordem do Dia da próxima terça-feira, na sessão vespertina.

O Sr. Deputado Neodi Saretta Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, concordo com encerramento da sessão, apenas pediria agilidade em função do pedido da suspensão para que uma entidade se manifeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h47, para a votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2013.

Está encerrada a presente sessão.